

NACIONALIDADE, RAÇA-ETNIA E GÊNERO-SEXUALIDADE

Organização Socialista Libertária (OSL)

CAPITALISMO-ESTATISMO E OUTRAS FORMAS DE DOMINAÇÃO

Ao se conformar e se reproduzir, o capitalismo-estatismo [...] vem produzindo, incorporando e/ou modificando outras formas de dominação, que interagem com a dominação de classe.

Três dessas formas de dominação se destacam, devido ao papel que possuem nas relações estruturais de poder e dominação de nossa sociedade: 1.) A dominação nacional (colonialismo/imperialismo), em que as classes dominantes de um país dominam todas as classes de outro; 2.) A dominação étnico-racial (racismo), em que membros (podem ser a classe dominante ou não) de uma raça-etnia dominam os membros de outra; 3.) A dominação de gênero e sexualidade (patriarcado), em que um gênero-sexualidade domina outro.

Essas três formas de dominação contribuíram e continuam a contribuir com o estabelecimento das relações capitalistas-estatistas entre as classes sociais e, desse modo, com a própria dominação de classe. Ou seja, o colonialismo/imperialismo, o racismo e o patriarcado contribuíram – e continuam a contribuir – com a constituição das classes sociais. E, por outro lado, as classes sociais influenciaram – e continuam a influenciar – todas essas formas de dominação.

Analiticamente, é impossível não fazer distinções entre classes dominantes e oprimidas em países centrais e periféricos; entre brancos, negros, indígenas, asiáticos e latinos; entre homens e mulheres; entre hétero e homossexuais, entre cis e transgêneros e assim por diante. No sistema capitalista-estatista, nacionalidade, raça-etnia, gênero-sexualidade produzem conflitos que atravessam as classes sociais, e que, portanto, marcam de maneira significativa sua contradição de classes.

Por um lado, esses conflitos são imprescindíveis para entendermos as classes oprimidas e os desafios para mobilizá-las; por outro lado, é necessário reconhecer que eles também têm sido utilizados pelas classes dominantes para cindir as classes oprimidas. Ao colocar trabalhadores/as contra trabalhadores/as, estimulam a divisão e a fragmentação, elementos centrais da dominação capitalista-estatista.

COLONIALISMO/IMPERIALISMO, RACISMO E PATRIARCADO

De um ponto de vista histórico e global, o colonialismo/imperialismo e o racismo foram e continuam sendo essenciais para a expropriação, tanto dos recursos (naturais e humanos) das nações dominadas, quanto da força de trabalho e da própria vida humana de certas nações, raças e etnias inferiorizadas.

As conquistas coloniais e a escravidão estão no cerne da conformação do capitalismo; a divisão internacional do trabalho permanece beneficiando os países do centro em detrimento dos da periferia; a divisão social do trabalho (que tem base na oposição entre trabalho intelectual e braçal, trabalho desejável e indesejável), vem reservando aos/às brancos/as os postos mais altos na hierarquia social; povos de origem negra, indígena, asiática, latina e outras (a depender da época e do lugar) têm não apenas ocupado as piores posições de trabalho, mas também sendo: usados para diminuição do valor da mão de obra; privados de informação e conhecimento;

governados, julgados, presos e mortos em razão de suas origens nacionais, raciais e/ou étnicas.

Ainda em termos globais, o patriarcado foi essencial na divisão sexual do trabalho, no estabelecimento das esferas pública e privada, e da centralidade da família nuclear, que foram e continuam sendo fundamentais para manter as condições para a exploração econômica e a dominação política e intelectual-moral de mulheres, gêneros e sexualidades dissidentes.

No sistema capitalista-estatista, os homens ficaram responsáveis pelo trabalho fora de casa, pelas decisões públicas e pelo conhecimento socialmente reconhecido; as mulheres foram destinadas aos cuidados da casa e da família. A exclusão e a subordinação das mulheres em termos econômicos, políticos e intelectuais-morais também está no cerne da conformação dessa sociedade; a divisão sexual do trabalho permanece beneficiando os homens em detrimento das mulheres, reservando aos primeiros os postos mais altos na hierarquia social; no trabalho, as mulheres ainda recebem menores salários, e têm sido usadas para diminuição do valor da mão de obra; governadas, violentadas e mortas devido à sua condição de mulher.

Nessa sociedade, as pessoas dissidentes de gênero e sexualidade têm sido vítimas de preconceito e violência, seja na família, na escola, no trabalho ou em outros espaços. Esse fato decorre diretamente do surgimento da individualidade moderna e foi significativamente estimulado pelo Estado e pelas ciências médicas.

CLASSE, NACIONALIDADE, RAÇA-ETNIA E GÊNERO-SEXUALIDADE

[Na sociedade futura que buscamos], em termos sociais, os mencionados três campos (econômico, político e intelectual-moral) devem ser completamente reestruturados, tendo em vista o desaparecimento das classes, da propriedade e da dominação (de classe, nacional, de raça-etnia, de gênero-sexualidade).

[Nosso projeto de poder popular autogestionário para a construção do socialismo libertário adota uma perspectiva classista, revolucionária e internacionalista para lidar com as questões de nacionalidade, raça-etnia e gênero-sexualidade.]

Enorme desafio para essa luta revolucionária é a construção de uma verdadeira unidade entre inúmeros movimentos populares. Isso é algo que só pode ser feito por meio de uma perspectiva classista, tendo em vista que é a classe social, e apenas ela, que permite romper a fragmentação e unificar os interesses e os movimentos das classes oprimidas. Promover essa unidade e combater as posições fragmentadoras é central para uma luta ampla que realmente se coloque em contradição com o sistema de dominação capitalista-estatista.

Entretanto, essa unidade de classe não pode ser falsa ou artificialmente construída, e nem reproduzir em seu seio as formas de dominação que são estruturantes e funcionais ao capitalismo-estatismo: em especial, aquelas que têm por base nacionalidade, raça-etnia e gênero-sexualidade. Ao longo de sua trajetória de lutas, é muito importante que os sindicatos e movimentos sociais adotem posições de combate ao imperialismo/colonialismo, ao racismo, às discriminações étnicas, ao patriarcado e aos preconceitos contra LGBTs+.

Especificamente no caso de atuação em movimentos de libertação nacional, antirracistas, feministas e LGBTs+, é imprescindível adotar uma linha classista, internacionalista e revolucionária. Porque é nesses movimentos (e na discussão dessas questões, de maneira mais ampla) que o liberalismo progressista e o pós-modernismo têm difundido suas posições, estimulando a fragmentação das classes oprimidas e conferindo uma nova legitimidade ao capitalismo-estatismo.

Em termos da luta contra essas diferentes formas de dominação, nosso projeto de poder popular autogestionário apoia-se em quatro pilares. Primeiro, uma luta de classes que deve ser, ao mesmo tempo, internacionalista, revolucionária, anti-imperialista, antirracista e antipatriarcal ou feminista. Segundo, um anti-imperialismo, um antirracismo e um antipatriarcado ou feminismo que devem ser, ao mesmo tempo, classistas, revolucionários e internacionalistas. Terceiro, uma ruptura com a fragmentação e uma promoção permanente da unidade das classes oprimidas. Quarto, um entendimento estratégico, baseado em nossa concepção de luta de classes, sobre quem são nossos verdadeiros inimigos: as classes dominantes (e não os/as trabalhadores/as de países imperialistas, os/as brancos/as, os homens, os/as heterossexuais etc.).

Por isso mesmo, recusamos as diferentes formas de identitarismo, essa idealização de certa identidade social, cuja origem está nas inúmeras diferenças sociais (por exemplo: brasileiro/a, mulher, gay, trans, negro/a, indígena, pobre, operário/a etc.), que é essencializada (pessoas de uma identidade X possuem características essenciais Y, por exemplo: mulheres têm uma essência não violenta, homens têm uma essência estupradora etc.) e que reduz questões estruturais a problemas entre grupos ou mesmo indivíduos (por exemplo: racismo é apenas o problema de pessoas que manifestam abertamente seus preconceitos raciais).

Defendemos a unidade (de classe, na luta de classes) na diversidade (nacional, racial, de gênero, nos enfrentamentos de todas as formas de dominação). E, como colocamos, consideramos que as diferentes formas de dominação devem ser analisadas e combatidas como parte de um quadro histórico e estrutural mais amplo. Enfim, nos opomos às buscas exclusivas por reconhecimento e representação de identidades, pois são ferramentas do liberalismo progressista.

*** Este texto foi composto com trechos do documento “Nossos Princípios e Estratégia Geral”.**



Este texto é parte do Programa Mínimo de Formação da OSL